



“A revolução trará não somente o direito ao pão, mas também a poesia”

(Leon Trotsky)

A Constituição Brasileira de 1988, em seu art. 215, afirma que “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura nacional e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”, no entanto, esse artigo não é respeitado.

A cada dia que passa a cultura é menos valorizada pelo Estado. Talvez para que os trabalhadores percam de vista o que produziram, e sem acesso aos conhecimentos científicos, artísticos e filosóficos, se torne cada dia mais difícil superar criticamente os problemas da humanidade.

Entretanto, não é à toa que a cultura estava em pauta nos protestos grandiosos de junho/2013. Cultura é modo de existência, invenção e criação, mais do que isso, é vontade de mudar. Ela também vive nas lutas em defesa de sua valorização e nas manifestações artísticas produzidas pelos trabalhadores.

A cultura se apresenta nas expressões que marcam os versos do poeta, as estrofes do cordel, os acordes do violino, a rima do rap, as cores nas galerias e museus, como também nos viadutos com o grafite.



Protesto realizado em junho de 2013.

CULTURA PRA QUEM?

A falta de alternativa para os setores mais explorados

O trabalhador não tem acesso a centros culturais, cinemas, teatros na maior parte de São Paulo. Quando existem, como cinemas em shopping centers, o preço dos ingressos impede que ele e sua família desfrute desse equipamento.

Os eventos culturais gratuitos, por sua vez, concentram-se no centro alargado da capital paulista, o que torna o acesso impossível visto o preço do transporte público, sem mencionar os constantes “toques de recolher” que ocorrem na periferia.



Foto extraída do Google



Datena tentou manipular os teleespectadores contra os protestos em junho de 2013, mas se surpreendeu

O que sobra para a classe trabalhadora é a TV aberta, que cobre 95,2% dos municípios brasileiros. Isso significa que os trabalhadores são submetidos a uma programação voltada para o cultivo de valores, preconceitos e ilusões que constituem o processo de alienação. A maior audiência está justamente nas novelas, que reproduzem ideias e modelos da sociedade de consumo; nos

jogos de futebol e seus desdobramentos, cuja função esgota-se no entretenimento; nos programas humorísticos, cuja tônica é o preconceito; programas como Domingão do Faustão e Big Brother, que procuram alimentar a ilusão de ascensão social por intermédio da sorte e; programas sensacionalistas, a exemplo de Ratinho e Datena, que focam na criminalização da pobreza.

Credito: www.ditarriadoscampos.com.br

Foto extraída do Google

SITUAÇÃO DO SETOR – O papel do Estado na difusão da cultura

Para mudar essa situação, o Estado deve intervir, porém de uma forma muito precisa. O Estado não é o produtor de cultura; são os trabalhadores e a juventude que têm condições de assumir o protagonismo dos processos culturais, que preservam e recriam continuamente suas identidades sociais, reinventam modos de vida e existência, como também suas expressões artístico-culturais. Mas cabe ao Estado garantir e estimular o acesso às múltiplas formas de expressão cultural.

Cabe ao Estado, no caso à Prefeitura Municipal, ao Governo Estadual e Federal, possibilitar a dinâmica cultural, por meio do estímulo à criação, acesso e fruição às múltiplas expressões da cultura, por meio de recursos orçamentários, funcionários públicos concursados e capacitados na área e equipamentos culturais.



Museu Nacional, no Rio de Janeiro, o mais antigo do país, fechou as portas no dia 12/01/2015, sem data prevista de retorno, por falta de dinheiro.

Crédito: Halley Pacheco de Oliveira, via Wikimedia

Políticas Públicas Culturais

As políticas públicas de cultura devem voltar-se centralmente para a constituição de uma perspectiva crítica e ativa dos indivíduos no processo social, político e cultural enquanto protagonistas de transformações políticas, sociais e culturais. Precisam se articular com as políticas públicas municipais de várias áreas (Educação, Planejamento Urbano, Esporte, Patrimônio Histórico), como também se apoiar exclusivamente nos recursos públicos, de âmbito municipal, estadual e federal.

As prioridades culturais da Cidade devem ser desenvolvidas com infraestrutura, recursos humanos e orçamentários públicos (estatais) e orientadas por ampla e permanente discussão popular nas várias regiões do município através de Conselhos Locais de Cultura que



possibilitem amplos debates, melhoramento das condições locais, e definições dos eixos prioritários na região, e que deságuem periodicamente em Congresso Municipal de Cultura constituído por representantes escolhidos democraticamente em Assembleias dos Conselhos Locais de Cultura. Do Congresso Municipal de Cultura devem ser elaboradas as Diretrizes de um Programa Municipal de Cultura.



Falta de investimento

Basta examinar o quadro do Orçamento Geral da União nos últimos anos, para verificar o descaso com a cultura e suas consequências para a população. Enquanto o governo federal reservou, em 2014, 42,04% do orçamento para pagamento de juros e amortizações da dívida, coube minguados 0,13% à Cultura.

Examinando os dados, vemos que o valor reservado para a Cultura nunca chega sequer a 1%, enquanto o destinado ao pagamento de juros e amortizações da dívida vem crescendo progressivamente. Os recursos para o pagamento da dívida estão sendo retirados das áreas sociais e, especialmente, da Cultura.

Relação recursos federais para Cultura e pagamento da dívida pública		
Ano	Porcentagem reservada ao pagamento de juros e amortizações da dívida	Porcentagem reservada à Cultura
2011	45,05%	0,04%
2012	43,98%	0,05%
2013	40,30%	0,05%
2014	42,04%	0,13%

Fonte: Auditoria Cidadã da Dívida

A reduzida verba é responsável pela desastrosa situação da Cultura no país, conforme dados fornecidos pelo IBGE em pesquisa sobre o tema publicada em 2007 e realizada em 5.564 municípios brasileiros:

Situação dos equipamentos culturais no país	
Porcentagem	Situação dos municípios no Brasil
10%	Não têm uma biblioteca pública
76%	Não têm nem um centro cultural
79%	Não têm nem um teatro ou sala de espetáculos
92%	Não têm uma única sala de cinema
42%	Declararam não ter uma política cultural definida
5,6%	Têm uma legislação própria de incentivo à Cultura.

Fonte: IBGE

AS LEIS DE INCENTIVO – Valorização ou privatização?

Se, por um lado, o pagamento da dívida é o grande responsável pela irrisória verba destinada à Cultura; por outro, as leis de incentivos fiscais excluem os trabalhadores do acesso à produção cultural da cidade.

Iniciadas no governo Sarney, as leis de incentivo fiscal foram introduzidas à medida que diminuía a aplicação de recursos públicos diretos na área. Elas são suporte da privatização indireta da Cultura. São mecanismos de transferência do dinheiro público para as empresas privadas, que passam assim a gerenciar os “negócios da arte”.

Não é raro o superfaturamento nas transações milionárias, sem contar

o retorno de publicidade para essas empresas, que passam a se intitular, com o apoio do governo, de “empresa amiga da cultura”.

Os grandes prejudicados por essas leis são os trabalhadores, porque a arrecadação de impostos que poderiam ser aplicados em áreas sociais diminui e, eles não podem usufruir dos produtos culturais oferecidos devido ao alto preço dos ingressos.

Os recursos financeiros oriundos de renúncias de receitas fiscais, na esfera federal, são: **Lei Rouanet (Lei nº 8.313/1991)**, **Lei do Audiovisual (Lei nº 8.685/1993)**, **Medida Provisória nº 2.228-1/2001**.

LEI ROUANET

Com a regulamentação da Lei nº 8.313/1991, em fevereiro de 2010, o Governo Lula incorporou em sua proposta de cultura as enormes distorções que vinham do período FHC e anteriores, basicamente beneficiando os empresários com as matas da renúncia fiscal. Em síntese, os ricos pagam menos impostos que devem.

A Lei Rouanet e os demais dispositivos legais nas mãos das grandes multinacionais e das indústrias nacionais significam isenção de impostos para aplicação em propaganda, ou seja, os contribuintes – pessoas jurídicas – podem “abater no imposto de

renda até 30% ou 40% de valores alocados em projetos culturais sob a forma de patrocínio ou doação”.

Além disso, os agentes culturais devem se dobrar aos critérios dos patrocinadores. Em outras palavras, o setor privado define o perfil dos projetos culturais. Como resultado dessa prática, temos inúmeros projetos vinculados à indústria cultural de massa e ínfimos projetos consequentes.

Na maioria dos municípios a situação não é diferente. Em São Paulo, Lei Municipal nº 10.923/1990 deixa claro como o “empreendedor” poderá abater o pagamento de impostos.

O caso de São Paulo

Na capital paulistana certamente concentram-se as principais instituições culturais privadas do país, como também é um município privilegiado em recursos e incentivos culturais estatais (federal, estadual e municipal) por meio da “renúncia fiscal”, que comentamos anteriormente. Porém, o maior orçamento, entre os municípios do Brasil, não garante situação privilegiada para políticas culturais voltadas para os trabalhadores.

Dos 96 distritos da Capital, agrupados em 31 subprefeituras, a maior parte não tem equipamentos culturais.

Com a reduzida verba, a Secretaria de Cultura responde por peque-

na parte dos equipamentos culturais (15,38%), enquanto a maior parte está nas mãos da iniciativa privada (76,64%). Em relação às salas de cinema e teatro, ou às galerias de arte, por exemplo, a quase totalidade dos equipamentos é de propriedade privada. São majoritariamente instituições culturais, vinculadas ao capital financeiro (Banco do Brasil, Itaú, Sesc etc.), que desenvolveram-se às custas de “renúncias fiscais” concedidas pelos governos federal, estadual e municipal, especialmente a partir da década de 1990.

Alguns bairros concentram a maior parte dessas galerias, especialmente aqueles situados na subprefeitura de Pinheiros, como Jardins, Vila Madalena e Itaim-Bibi. A subprefeitura Sé também se destaca como área de localização privilegiada para as galerias de arte, notadamente os bairros da Consolação, Bela Vista e Santa Cecília. Nas demais áreas da cidade a presença desses equipamentos é muito dispersa, sendo praticamente ausente em bairros periféricos. Diante disso, as Casas de Cultura se configuram como importantes equipamentos públicos municipais, hoje com 19 unidades.



Sem parceria para oferecer cursos de capacitação, CEU Campo Limpo, na zona sul, mantém cozinha industrial fechada.

CEUs

A rede municipal de Centros Educacionais Unificados introduziu uma alteração significativa no padrão de oferta de salas de teatro e cinema na cidade, pois moradores de bairros da periferia passaram a ter a possibilidade de frequentar espetáculos até então disponíveis apenas nos bairros centrais ou naqueles de padrão socioeconômico mais elevado. Eles podem ter papel estratégico como polos de apoio e difusão de ativi-

dades culturais, inclusive com a ampliação de sua malha. No entanto, a maioria deles tem sua capacidade subaproveitada. Antes de propor novos CEUs, o que hoje não passa de promessa eleitoreira, é preciso ter política para fazer os que já existem avançarem. E, principalmente, sem a prática da censura, como vem acontecendo, com o corte de espetáculos que não se enquadram com as ideias da direção da instituição.



CINEMA

As salas de exibição existiam entre a década de 1930 e 1960 espalhadas por várias regiões que até então eram caracterizadas como operárias pela sua localização. Eram 27 cinemas distribuídos pelo Centro, Brás, Bom Retiro, Moóca e 01 na Vila Mariana. Hoje, das 332 salas de cinema na cidade, apenas 5 salas são públicas (municipal, estadual e federal), e a grande maioria é particular: 299 localizam-se em shopping centers e 28 são “cinema de rua”.



CINEMATECA

No setor federal, a instituição que, desde 1940, é responsável pela preservação e divulgação do cinema nacional, além de passar por uma crise administrativa há mais de um ano com ameaça do seu patrimônio, vive um processo de desmonte. O governo, em janeiro de 2014, cortou repasse de verbas e suspendeu contratos, o que resultou na redução do quadro de funcioná-

rios - que já era escasso - em mais de 50%. De um total de 124 trabalhadores, restaram apenas 22 servidores públicos (muitos com o pé na aposentadoria) e 33 terceirizados (a maioria contratada como pessoa jurídica). O espaço possui o maior acervo de filmes da América Latina, tendo, assim, papel importantíssimo na proteção do patrimônio cultural do povo brasileiro.

RESISTÊNCIA CULTURAL

Os servidores públicos federais vinculados ao Ministério da Cultura realizaram uma greve nacional no ano passado e continuam fazendo atividades de mobilização em alguns estados do país, em defesa do patrimônio cultural, da valorização do setor e contra o sucateamento dos espaços e as péssimas condições de trabalho.

Destacam-se aqui os servidores da Fundação Biblioteca Nacional (FBN), que começaram o ano de 2015 denunciando as altas temperaturas no interior da sede da instituição, com muita irreverência nas redes sociais. Isso ocorreu menos de dois anos depois de a FBN passar por uma reforma, no valor de R\$1,25 milhão, para recuperação do sistema de ar condicionado. Foi criada uma “fanpage” anônima chamada “Biblioteca Nacional da Depressão”, na qual vem sendo postados “memes” (imagens com legendas irônicas) sobre a situação

dos prédios da autarquia. A repercussão no facebook foi alvo de notícias na grande mídia. Segundo reportagem da Folha, a presidência da FBN conforma “vários problemas” no ar, decorrentes principalmente da “idade dos aparelhos”.

Apesar da desvalorização por parte do Poder Público, há resistência. Existem inúmeras iniciativas de ação cultural e educativa de milhares de professores das escolas públicas, de inúmeros artistas, saraus, hip-hop, pagodes, cordões carnavalescos e tantas outras manifestações artísticas, de caráter popular, que põe a imagem de periferia composta por violência, drogas ou pregações da Universal Reino de Deus, em xeque. Movimentos culturais que questionam a cultura de mercado e questionam também esse mundo desumanizado pela alienação gerada.

Esses movimentos, assim como tantos outros, vêm sendo objeto da ação repressiva do Estado, a exemplo de operações, realizadas por meio de convênio entre a Polícia Militar, a Prefeitura Municipal e o governo do Estado de São Paulo, com intuito de coibir e enquadrar o comércio ambulante ilegal nas principais vias de circulação, perseguindo e impedindo a atuação dos artistas de rua. Da mesma forma acontece com saraus, que são fechados e multados.



Por isso tudo, o Sindsef-SP reivindica:

- Valorização dos serviços e servidores públicos da Cultura!
- Recursos para área cultural compatíveis com as dimensões demográficas e extraídos dos impostos da população;
- Fim imediato da política de “renúncia fiscal”, que isenta empresas por meio de abatimento. Chega de recursos orçamentários serem desviados para o enriquecimento de “empresários da cultura” e para o “merchandising” das empresas e instituições financeiras!
- Políticas culturais que priorizem os trabalhadores e a juventude;
- Fomento à produção cultural nos municípios;
- Constituição e manutenção das já existentes Escolas de Arte Municipais;
- Basta de perseguição política contra os grupos artísticos e culturais!
- Ampliação da rede de equipamentos culturais, das Casas de Cultura, CEUS e o orçamento dessas unidades para as regiões periféricas;
- Ampliação do número de funcionários por concurso público;
- “Revitalização” urbanística do centro histórico de São Paulo, considerando centralmente os modos de vida da população trabalhadora local. Não aos interesses especulativos imobiliários e comerciais envolvidos! Que sejam expropriados pelo Estado, para fins culturais e de moradia, os prédios que há décadas não pagam IPTU!

